

# **A Corrupção no Fenómeno Desportivo**

## **Uma análise crítica**

Dissertação de Mestrado em Direito Criminal  
Orientador: Professor Doutor José Manuel Damião da Cunha

Bruno Rodrigues Sampaio

PORTO

2011



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
CENTRO REGIONAL DO PORTO  
ESCOLA DE DIREITO

**A Corrupção no Fenómeno Desportivo**  
**Uma análise crítica**

Bruno Rodrigues Sampaio N.º 340106250  
Dissertação de Mestrado em Direito Criminal  
Orientador: Professor Doutor José Manuel Damião da Cunha

PORTO  
2011

À minha família.

“A complexidade da corrupção tem evoluído mais rapidamente  
do que a capacidade do aparelho de repressão.”

Luís de Sousa, *Corrupção*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Luís de Sousa,  
Relógio D’Água Editores, 2011

## Índice

Introdução .....	8
I. A origem da incriminação.....	10
1. Observações introdutórias.....	10
2. O Decreto-Lei n.º 390/91, de 10 de Outubro.....	11
II. O regime vigente. A Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto.....	15
1. Considerações prévias.....	15
2. O elenco de agentes desportivos.....	16
3. Modalidades de corrupção. Aspectos distintivos.....	20
4. Momento da consumação dos crimes de corrupção. ....	23
4.1. Consumação da corrupção passiva.....	24
4.2. Consumação da corrupção activa. ....	26
4.3. O caso particular da corrupção nos ilícitos disciplinares. ....	29
5. As modalidades de corrupção que ficaram à margem da corrupção no sector desportivo. .....	30
6. A agravação das molduras legais.....	34
7. A dispensa e atenuação especial da pena.....	36
8. A prescrição do artigo 118.º do Código Penal.....	39
Conclusão .....	40
Bibliografia.....	42

## **Abreviaturas e siglas**

Ac.	Acórdão
Dec.	Decreto
F1	Fórmula1
FIFA	Federação Internacional de Associações de Futebol
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrático
RPCC	Revista Portuguesa de Ciência Criminal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UEFA	União das Federações Europeias de Futebol

## Introdução

O fenómeno da corrupção é extremamente complexo e, por força de inúmeras circunstâncias, encontra-se actualmente embrenhando nos diferentes sectores da sociedade, proliferando essencialmente em áreas onde há falta de transparência e de controlo, sobretudo, onde existem interesses económicos avultados, fazendo nascer toda uma economia paralela que corrói os pilares de um Estado de Direito Democrático.

Umbilicalmente ligada e fortemente atingida por este fenómeno está, como é do conhecimento geral, toda actividade desportiva, especialmente aquela que se mostra economicamente relevante. O desporto, por ser um mundo de paixões e de massas que arrasta seguidores em todo o mundo – muito à custa da imprevisibilidade dos resultados – envolve elevadas quantias de dinheiro e fortes interesses económicos, razão pela qual integra um dos sectores que, infelizmente, padece de tal fenómeno.

Nas últimas décadas a designada luta “anti-corrupção” tem assumido um papel de destaque nas várias iniciativas legislativas ocorridas em Portugal. Como não poderia deixar de ser, pela monta que assume entre nós, a actividade desportiva não ficou à margem de tal combate.

Na senda destas iniciativas legislativas, e porque o objecto do nosso estudo se cinge à neocriminalização da corrupção no âmbito desportivo, destacamos o Decreto-Lei n.º 390/91, de 10 de Outubro, diploma que lhe deu origem e, mais recentemente, a Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto, que consagra o regime actualmente em vigor.

Propomo-nos, com o presente estudo, proceder à dissecação do fenómeno da corrupção no sector desportivo, interpretando as soluções existentes, no intuito de obtermos algumas respostas à grande questão que, nesta matéria, se coloca na opinião pública hoje em dia – quais as razões para existirem tão poucos processos respeitantes à corrupção no desporto?

A resposta a esta questão levar-nos-á, numa primeira linha, à análise do diploma primeiramente responsável pela criminalização da corrupção no sector desportivo, até para podermos perceber a linha evolutiva das soluções previstas no diploma contemporâneo.

Mergulharemos, de seguida, numa análise interpretativa e crítica do regime actual de combate à corrupção no fenómeno desportivo, sem contudo, nos coibirmos de avançarmos, na medida em que a importância o exija, com as soluções que entendemos melhor servir os



intentos de enfrentar o problema da corrupção no desporto com maior determinação, tendo por base de comparação o regime que se acha mais eficaz – o Código Penal.

## **I. A origem da incriminação.**

### **1. Observações introdutórias.**

A corrupção no fenómeno desportivo foi criminalizada, no nosso ordenamento jurídico, nos primórdios da década de 90. Na sequência da autorização legislativa concedida na Lei n.º 49/91, de 3 de Agosto, o governo então em funções publicou o Dec. Lei n.º 390/91, de 10 de Outubro, diploma que foi calorosamente recebido e cuja concretização era já há muito esperada.

Quando se fala de corrupção associada ao desporto considera-se que estamos perante “um interesse público que se revela e manifesta na supra-individualidade dos interesses de todos quantos (adeptos, simpatizantes e espectadores) esperam que a prática desportiva pública e os resultados das competições desportivas não sejam afectados e falseados por comportamentos fraudulentos”<sup>1</sup>. Ou seja, os valores inerentes à prática desportiva assumiram tal importância na organização do Estado, que passaram a deter características de verdadeiros valores e interesses públicos, não apenas pela importância que assumem para os cidadãos que o integram, como também pelo que representam para a organização do próprio Estado. Assim, é hoje indubitável que a defesa da lealdade, da correcção da competição e do seu resultado e o respeito pela ética desportiva constituem um bem jurídico com suficiente dignidade penal que é necessário proteger<sup>2</sup>. Neste sentido, o legislador sentiu urgência em combater a corrupção no fenómeno desportivo, não apenas preventivamente, mas também repressivamente – o que impulsionou o “nascimento” do Dec. Lei n.º 390/91 – criminalizando-se, em definitivo, os comportamentos susceptíveis de perturbarem fraudulentamente a verdade e a lealdade da competição desportiva e do seu resultado. Pretendeu-se, assim, punir, através de ilícitos criminais, os comportamentos contrários aos princípios da ética desportiva que tenham por objectivo alterar a verdade

---

<sup>1</sup> Cfr. Exposição de motivos da Lei n.º 390/91.

<sup>2</sup> Note-se que na nossa vizinha Espanha a corrupção no desporto foi “elevada” a tipo legal de crime em 2009, no Código Penal Espanhol, como forma de corrupção entre particulares. Diga-se, porém, que muitas vezes se ergueram a respeito, questionando o merecimento da tutela penal deste tipo legal de crime. Entre as mais sonantes encontra-se CARUSO FONTÁN, afirmando que não existe nenhum bem jurídico de “lealdade desportiva” que mereça a intervenção do direito penal. Cfr. CARUSO FONTÁN, María Viviana, “El concepto de corrupción. Su evolución hacia un nuevo delito de fraude en el deporte como forma de corrupción en el sector privado.”, in *Foro, Nueva época*, n.º 9, 2009, p. 172.

desportiva – os denominados comportamentos “anti-desportivos” – e que até à consagração legal do referido diploma, não caíam nas “malhas” do direito criminal.

## 2. O Decreto-Lei n.º 390/91, de 10 de Outubro.

Para nos inteirarmos do conteúdo e alcance do regime actual de combate à corrupção no fenómeno desportivo, impõem-se, nesta sede, ainda que em traços gerais, uma análise ao diploma que temos vindo a referir e que, como veremos, serviu de inspiração à Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto.

Da apreciação do Dec. Lei n.º 390/91 verifica-se, desde logo, que se optou por um conceito de corrupção bastante abrangente, uma vez que se punia, nos termos do artigo 5.º, o comportamento de quem, com ou sem o consentimento do praticante desportivo, administrasse substâncias ou produtos ou utilizasse outros métodos susceptíveis de alterarem artificialmente o rendimento desportivo do praticante – circunstância vulgarmente denominada de *doping*. Opção que é claramente de aplaudir, pois, se o que se pretende é proteger o genuíno exercício da actividade desportiva, faz todo o sentido que se inclua o uso de substâncias dopantes, condutas que afectam necessariamente o resultado das competições, alterando, em última linha, a verdade desportiva. Daí poder concluir-se que a corrupção desportiva não se refere apenas ao conceito “tradicional” de corrupção, mas antes a todos os comportamentos externos e estranhos à actividade desportiva susceptíveis de alterarem ou falsificarem o resultado de uma competição desportiva<sup>3</sup>.

Relativamente aos ilícitos tradicionais de corrupção, seja a corrupção passiva e a corrupção activa, a sua construção típica é bastante semelhante aos crimes de corrupção consagrados no Código Penal<sup>4</sup>. Avultam, contudo, algumas diferenças que temos que destacar, desde logo, por reporte ao bem jurídico protegido. Se no Código Penal o bem

---

<sup>3</sup> O que não se compreende é a lacuna de punição do praticante desportivo que tome a iniciativa de administrar, ele próprio, substâncias ou produtos que adulteram artificialmente a sua performance desportiva. Como também não podemos admitir que todos os métodos susceptíveis de alterarem artificialmente o rendimento desportivo pudessem ser punidos. Veja-se que o n.º 2 do artigo 5.º não faz referência aos *métodos susceptíveis* de alterarem o rendimento desportivo.

<sup>4</sup> Relembramos que o Código Penal sofreu alterações significativas no que toca aos crimes de corrupção em 1995, 2001 e 2010, alterações que não foram, de todo, acompanhadas pelo Dec. Lei n.º 390/91, uma vez que este nunca sofreu alterações. Apenas em 2007, na sequência da Lei n.º 50/2007 de 31 de Agosto, altura em que se revogou todo o conteúdo do diploma (à excepção do artigo 5.º), se tentou aproximar este regime do previsto no Código Penal. A referência ao termo “tentou” não é inócua. Como teremos oportunidade de verificar adiante, a corrupção no fenómeno desportivo, apesar de surgir na sequência do Código Penal e em muito se assemelhar, afasta-se, na verdade, em determinados pontos cruciais do regime da corrupção tradicional.

jurídico dos crimes de corrupção consiste na *autonomia intencional do Estado*<sup>5</sup>, já na corrupção desportiva o bem jurídico que lhe subjaz reconduz-se, como referimos, à *protecção da verdade, da lealdade e correcção da competição e do seu resultado*.

Também no que toca à qualidade do agente do crime de corrupção passiva – apesar de continuar a ser um crime específico – podemos descortinar discrepâncias, uma vez que não se trata aqui, como não poderia deixar de ser, de funcionários para efeitos de lei penal, mas antes de praticantes desportivos, árbitros ou equiparados, dirigentes, treinadores, preparadores físicos, orientadores técnicos, médicos, massagistas ou quem preste qualquer outra actividade de apoio ao praticante desportivo.

Outra desconformidade que se depara nesta sede, em contraposição com o Código Penal, prende-se com a previsão de um tipo legal agravado ou qualificado de corrupção passiva própria, quando o agente do crime for um árbitro ou equiparado ou quando seja uma das pessoas referidas no n.º 2 do artigo 3.º. A compreensão de tal qualificação é tarefa que não se afigura nada simples. Com alguma dificuldade, até poderíamos alcançar o propósito da qualificação da conduta corrupta do árbitro ou equiparado. Provavelmente, porque se entendeu que o árbitro, ao estar incumbido de julgar e decidir da aplicação das “leis de jogo”, detém uma influência acrescida no desenrolar e na modificação do resultado da competição, sendo-lhe exigida uma responsabilidade acrescida para que se mantenham intactas a sua integridade e credibilidade<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Apesar de não ser consensual, esta é, porém, a posição perfilhada pela maioria da doutrina e há muito sufragada por ALMEIDA COSTA. Cfr. ALMEIDA COSTA, António Manuel de, “Sobre o Crime de Corrupção”, in *Separata do número Especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia* – Coimbra, 1984, p. 140-141. Contra, PINTO DE ALBUQUERQUE crê que o bem jurídico protegido pelo tipos legais de corrupção é a *integridade do exercício das funções públicas do funcionário*. Vide, PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo, *Comentário do Código Penal – à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 1.ª edição, Universidade Católica Editora, 2008, p. 880.

<sup>6</sup> Ao que parece, terão sido estas as razões para se punir mais severamente estes agentes em relação ao praticante desportivo. Contudo, não podemos perfilar estes argumentos, desde logo, e em primeiro lugar, porque parecem assentar numa visão um pouco tradicional da corrupção na actividade desportiva. Senão vejamos, hoje em dia com a massificação do desporto e os avultados interesses económicos em jogo, os valores como a igualdade, a fraternidade e o “fair play”, até então inerentes à prática desportiva, foram abandonados e trocados por critérios de racionalidade económica que visam a maximização do lucro. Com a abertura do mercado das apostas no desporto, já se paga/recebe tanto ou mais dinheiro para se perder uma competição, ao passo que antigamente, porque se pensava o desporto apenas como paixão, era mais usual corromper-se alguém que pudesse traduzir em vitórias esse “investimento”. Actualmente, já se corrompe um atleta para ser expulso, deixando a sua equipa numa situação de desvantagem que pode levar à derrota, ou para cometer ou falhar uma grande penalidade. E é assim, porque o corruptor apostou que a equipa adversária ganharia o jogo e com lucro que venha obter das casas de apostas “compensará” o(s) atleta(s) que teve que corromper. Por conseguinte, tradicionalmente almejava-se com a corrupção, se não sempre, na maioria das vezes, a vitória e alcançava-se esse propósito mais facilmente corrompendo o árbitro. Hoje será porventura mais recorrente seduzir-se um atleta.

Porém, e ao contrário do que sucede no caso dos árbitros, relativamente à agravação da moldura penal de todos, ou pelo menos de alguns dos agentes referidos no n.º 2 do artigo 3.º, não conseguimos descortinar quais os fundamentos que estiveram na base de tal concepção. O “poder” que alguns destes agentes têm de alterar ou falsear o resultado desportivo é semelhante ao domínio que o praticante desportivo detém para o adulterar, sendo que relativamente a muitos desses agentes, podemos mesmo afirmar a sua menor influência para mudar ou adulterar o resultado de uma competição. Referimo-nos, designadamente, ao massagista ou ao agente de qualquer outra actividade de apoio ao praticante desportivo, onde, ao que parece, se pode incluir o mecânico de uma equipa de ciclismo ou o técnico de equipamentos. Do nosso ponto de vista, estes e muitos outros exemplos poderiam ser dados para demonstrar que a influência que estes agentes têm na falsificação de um resultado é de tal forma mínima que nem deveriam ser considerados agentes desportivos para efeitos do crime de corrupção, muito menos de um tipo legal de corrupção qualificada. Contudo, como veremos, o legislador de 2007 tentou esbater a distinção dos agentes da corrupção passiva em razão da sua “qualidade”.

Por último, não conseguimos descortinar os fundamentos que levaram o legislador a desviar-se da linha que vem sendo seguida no Código Penal, nomeadamente, ao punir a corrupção activa, prevista no artigo 4.º, com uma moldura penal semelhante, e noutros casos até superior, à da corrupção passiva. Assim, o corruptor que desse ou promettesse a um árbitro uma vantagem, que não lhe fosse devida, como contrapartida de um acto ou omissão destinados a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva, era punido com uma moldura igual à do agente da corrupção passiva. Se neste último caso se punia de forma semelhante as condutas do corruptor e do corrupto, já para os casos do

---

Em segundo lugar, porque se fez uma concepção restrita da corrupção no sector desportivo, parecendo que a corrupção no desporto apenas existe nas competições colectivas, privilegiou-se o papel desempenhado pelo árbitro que, nestes casos, influi de forma mais determinante no resultado final da competição. Tome-se como exemplo um jogo de futebol, caso em que é mais fácil corromper apenas uma pessoa (árbitro) do que a equipa quase na sua totalidade. Ora, como o desporto não se cinge apenas às modalidades colectivas, não se apreende o alcance das diferenças de punibilidade entre as condutas corruptas do praticante desportivo face à de todos os outros agentes desportivos. Para que se compreenda melhor o que vem sendo dito, considere-se como exemplo uma competição individual, como sejam, o ténis ou o boxe, em que o corruptor tem como objectivo um resultado negativo do praticante desportivo que corrompe (porque apostou nesse sentido e oferece-lhe uma percentagem dos lucros). Estes e outros exemplos poderiam ser dados para demonstrar que o praticante desportivo tem maior influência na adulteração do resultado da competição do que o próprio árbitro, bastando que simule uma lesão, que falhe os pontos ou que falseie um K.O. Nesta perspectiva, pode dizer-se que o árbitro terá maior influência do que um praticante desportivo na adulteração de um resultado de uma competição colectiva, mas já não será assim nas hipóteses de competições individuais em que o atleta tem um poder acrescido de influenciar e decidir o resultado, se não na vitória pelo menos na derrota. Levantando estas e outras questões, CASTRO MORENO, Abraham, “El nuevo delito de corrupción en el deporte”, in *Revista Aranzadi de Derecho de Deporte y Entretenimiento*, n. 28, Ano 2010-2011, p. 31-33.

corrupto ser um praticante desportivo a moldura penal aplicada era inferior à prevista para o corruptor. Não se pode conceber, nem conceder, pacificamente tal solução, até por reporte ao que vem consagrado no Código Penal, bem como em todas as outras formas de corrupção previstas em legislação extravagante, onde a conduta do corrupto é mais severamente punida do que a conduta do corruptor<sup>7</sup>. Diga-se, porém, que esta querela é já uma questão ultrapassada, pois, como veremos, a Lei n.º 50/2007 não acolhe esta solução, repondo a “normalidade” no que toca a este assunto.

De todo o exposto, podemos concluir que o Dec. Lei n.º 390/91, apesar das semelhanças que demonstra ter com o Código Penal, vai um pouco mais além, ficando, noutras matérias, bastante aquém do patenteado na lei penal geral sobre os crimes de corrupção<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Vide, a Lei n.º 20/2008, de 21 de Abril, referente à corrupção no comércio internacional e no sector privado e a Lei n.º 34/87, de 16 de Junho, relativa aos crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos. Note-se, contudo, que a Lei n.º 34/87 prevê uma forma de corrupção activa específica – cometida por um agente titular de cargo político ou alto cargo público – em que a moldura legal é equiparada à moldura da corrupção activa, mas apenas é assim por se entender que nestas situações a responsabilidade do agente activo é equivalente à do agente passivo da corrupção.

<sup>8</sup> Fica aquém, pois não se pune a corrupção para acto lícito. Neste sentido, José Manuel MEIRIM, “Corrupção no fenómeno desportivo, Ac. STJ de 30 de Outubro de 1997”, in *R.P.C.C.*, Ano 8, Fasc. 1.º, Janeiro-Março, 1998, p. 130.

## II. O regime vigente. A Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto.

### 1. Considerações prévias.

A Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto, veio estabelecer um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos susceptíveis de afectarem a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva, revogando todos os artigos constantes do Dec. Lei n.º 390/91, à excepção do artigo 5.º, que apenas viria a ser revogado pela Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho<sup>9</sup>.

O bem jurídico protegido ao abrigo da Lei n.º 50/2007 continua a ser *a verdade, lealdade e correcção da competição desportiva e do seu resultado*. Continua a estatuir-se um artigo dedicado à sensibilização e prevenção dos agentes desportivos para as práticas que possam afectar e agredir o bem jurídico que se pretende salvaguardar<sup>10</sup>. Permanece igualmente a indicação de que o exercício da acção penal não impede, modifica ou prejudica o exercício da acção disciplinar que possa ter lugar nos termos dos regulamentos disciplinares desportivos.

Para além das modalidades de corrupção passiva e activa previstas, respectivamente, nos artigos 8.º e 9.º, a nova lei inclui nas condutas criminosas susceptíveis de afectarem a verdade, a lealdade e a correcção da competição desportiva, os crimes de tráfico de influência e de associação criminosa<sup>11</sup>. Contudo, apesar de acertada e esperada a consagração destes “novos” tipos legais de crimes – principalmente o tráfico de influência<sup>12</sup> – a sua análise ficará apenas no horizonte do nosso estudo.

Uma outra novidade referenciada tem que ver com a tipificação da responsabilidade penal das pessoas colectivas e equiparadas. A propósito, refira-se que a lei entrou em vigor a 15 de Setembro de 2007, ou seja, no mesmo dia em que entrou em vigor a reforma ao

---

<sup>9</sup> Com a entrada em vigor da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, a luta contra a dopagem no desporto assumiu a categoria de regime jurídico autónomo face à corrupção no sector desportivo. O que nos parece ter sido uma medida acertada, pois que, apesar de considerarmos estarmos perante comportamentos que alteram a verdade desportiva, e de percebermos o porquê de em 1991 estas condutas integrarem o diploma dedicado à corrupção no sector desportivo, entendemos, apesar de tudo, que se trata de uma matéria que, pela sua particular importância, merece tratamento específico e autónomo.

<sup>10</sup> Vide, artigo 14.º.

<sup>11</sup> Cfr. Artigos 10.º e 11.º, respectivamente.

<sup>12</sup> Desde que foi consagrado na revisão de 1995 ao Código Penal que se impunha a transposição do crime de tráfico de influência para o âmbito dos crimes cometidos no sector desportivo. Sendo o fenómeno desportivo, com toda a sua dimensão social, económica e cultural, comumente célebre pela presença de práticas fraudulentas, em que a “compra e venda” de favores e de influências são também consideradas práticas comuns, era imperioso que não se continuasse a manter esta lacuna de punibilidade. Lembramos ainda que os ilícitos de corrupção e de tráfico de influências andam muitas vezes, senão quase sempre, de “mãos dadas”.

Código Penal com a Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, altura em que se consagra, pela primeira vez, a responsabilidade criminal das pessoas colectivas<sup>13</sup>. Outra solução não seria de esperar em defesa da unidade do sistema e da salvaguarda da segurança jurídica. Assim, sem prejuízo da responsabilidade singular que possa ter lugar, as pessoas colectivas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos na Lei n.º 50/2007. Quer isto dizer que se lhes aplicam os artigos 11.º e 90.º-A a 90.º-M, do Código Penal<sup>14</sup>. Mais se refere no artigo 3.º que a responsabilidade penal das pessoas colectivas não é excluída pelo facto de essas pessoas deterem o estatuto de utilidade pública ou o estatuto de utilidade pública desportiva, consoante estejam em causa pessoas colectivas e entidades equiparadas ou pessoas colectivas desportivas.

De resto, as demais alterações, relativamente ao que já estava previsto no regime anterior, não foram particularmente significativas<sup>15</sup>. Pretendeu-se harmonizar os conceitos e as definições típicas dos crimes de corrupção com o que vem sendo descrito no Código Penal, bem como proceder a uma ligeira agravação das molduras penais, aproximando-as uma vez mais das ali previstas, sem, contudo, as igualar. Se bem se vê o problema, o legislador português – porque estamos no âmbito de uma neocriminalização, tendo em conta que os bens jurídicos a salvaguardar não são os mesmos – entendeu ser necessário proceder a uma distinção, fazendo corresponder, no âmbito desportivo, molduras penais mais leves do que as estabelecidas na corrupção estatuída na lei penal geral<sup>16</sup>.

## **2. O elenco de agentes desportivos.**

A técnica legislativa usada para definir o conceito de agente desportivo, e que corresponde à versão avançada na Proposta de Lei n.º 108/X do PS, traduziu-se na enumeração taxativa de quem poderá integrar o conceito de *agente desportivo* e, por isso, ser considerado agente dos ilícitos previstos na Lei n.º 50/2007.

---

<sup>13</sup> O Dec. Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro, já previa a responsabilidade penal das pessoas colectivas e equiparadas no âmbito das infracções anti-económicas e contra a saúde pública. No entanto, no âmbito do Código Penal, apenas em 2007 se viria a consagrar tal responsabilidade no artigo 11.º.

<sup>14</sup> No mesmo sentido, JORGE GONÇALVES, *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, org. Paulo Pinto de Albuquerque/ José Branco, Vol. 1, Universidade Católica Editora, 2010, Comentário à Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto, p. 716.

<sup>15</sup> Repare-se, inclusive, que se mantiveram no artigo 4.º as mesmas penas acessórias estabelecidas no regime anterior, penas essas que, por dizerem respeito à actividade desportiva, não têm equivalente legal no Código Penal.

<sup>16</sup> Ainda se discutiu se a moldura legal da corrupção passiva desportiva deveria ter como limite máximo 8 anos, tal qual está prevista no Código Penal. Cfr. Acta n.º 26 do Conselho da Unidade de Missão para a Reforma Penal, p. 4.



Assim, por remissão da alínea f) do artigo 2.º são considerados agentes desportivos, para efeitos da presente lei, os dirigentes desportivos, os técnicos desportivos, os árbitros desportivos, os empresários desportivos, as pessoas colectivas desportivas e ainda as pessoas que, mesmo provisória ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntária ou obrigatoriamente, a título individual ou integradas num conjunto, participem em competição desportiva ou sejam chamadas a desempenhar ou a participar no desempenho de competição desportiva.

Nas primeiras alíneas do artigo 2.º o legislador define exhaustivamente os conceitos de dirigente desportivo, técnico desportivo, árbitro desportivo, empresário desportivo, bem como de pessoas colectivas desportivas. Procede-se assim, a nosso ver de forma algo exagerada, a uma enumeração exhaustiva das definições de quem integra o conceito de agente desportivo. Não é nosso intento alongarmo-nos sobre este assunto, no entanto, não deixaremos de tecer algumas críticas, uma vez que a técnica legislativa usada com o desígnio de evitar lacunas parece não ter sido a mais feliz, pois peca pela previsão em demasia das hipóteses de equiparação de agentes desportivos para efeitos de integração nos ilícitos de corrupção.

Refira-se, antes de mais, que na Lei n.º 50/2007 apenas os crimes de corrupção e de tráfico de influência comportam o conceito de agente desportivo e que em ambos os ilícitos se faz referência ao desígnio de *alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva*, naquele através de um *acto ou omissão* destinados a falsear o resultado, e neste, com o fim de obter uma qualquer *decisão* destinada a falsear o resultado de uma competição. Portanto, a definição de quem é considerado agente desportivo serve apenas estes ilícitos criminais.

A acrescer ao exposto, sempre se dirá que a inclusão destes agentes não se faz de modo abstracto, muito menos de forma automática. Ao invés, deverão analisar-se as qualidades do agente em cada caso concreto. Quer-se com isto dizer que o facto de determinada pessoa integrar o conceito de agente desportivo, tal como previsto na lei, não significa que reúna as qualidades necessárias ao preenchimento dos tipos legais de corrupção ou de tráfico de influências no sector desportivo. Dito de forma simples, a qualidade de agente desportivo não basta por si só. Para cometer um crime de corrupção passiva, crime

específico por natureza, o agente terá ainda que deter o poder de praticar um acto ou uma omissão susceptível de falsear o resultado da competição<sup>17</sup>.

Deste modo, pouco se compreende que algumas das pessoas enunciadas no artigo 2.º possam considerar-se “capazes” de integrarem estes ilícitos. São exemplo disso mesmo, para não citar todos, o massagista, o preparador físico, os adjuntos do técnico desportivo e, até, o empresário desportivo. Relativamente a este último, percebe-se que numa primeira abordagem a nossa posição possa causar alguma estranheza, contudo, objectivamente, não vemos como possa influenciar o resultado de uma competição. Para melhor compreensão do que se afirma, usemos como termo de comparação os agentes desportivos que consideramos mais “próximos” da figura do empresário, ou seja, o técnico desportivo e o dirigente desportivo. Quanto ao técnico desportivo, que não se confunde com os seus adjuntos atrás enunciados, é certo que tem poder de decisão na escolha dos atletas, podendo, assim, influenciar no resultado desportivo. Também o dirigente desportivo poderá influenciar o resultado de uma competição usando dos poderes de direcção, disciplina e autoridade que exerce sobre os atletas e treinadores. Mas já no caso do empresário desportivo, não conseguimos alcançar situações em que este possa deter quaisquer poderes de decisão para alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva. Pode, porventura, pela relação que nutre com os atletas e treinadores, ser um agente propício a praticar um crime de tráfico de influência, nomeadamente, pelo ascendente de natureza profissional que tem sobre aqueles agentes desportivos, mas são estes últimos que continuam a deter o poder de falsear e adulterar o resultado de uma competição. Além do mais, como este tipo de ilícito é um crime comum, que não exige qualidades específicas do seu agente, pouco importa se o agente do crime de tráfico de influência é ou não considerado agente desportivo, a não ser para efeitos de agravação.

Em jeito de súmula, não nos parece que todos e quaisquer intervenientes num espectáculo desportivo possam ser considerados agentes desportivos para efeitos de preenchimento destes tipos legais de crimes. A nosso ver, apenas os que detêm, pelo menos, algum poder de decisão quanto à modificação do resultado de uma competição, podem ser considerados agentes desportivos para efeitos de integração no crime de

---

<sup>17</sup> O mesmo raciocínio se aplica quanto ao crime de tráfico de influências. É elemento do tipo que o agente (pessoa comum) abuse da sua influência junto de um agente desportivo, mas não é qualquer interveniente numa modalidade desportiva que pode ser considerado agente desportivo neste tipo criminal. Para além da inclusão necessária numa das categorias que integram o elenco dos agentes desportivos, este tem ainda de estar munido de poderes de decisão que possam alterar o resultado de uma competição desportiva. É esse o fim a que alude o artigo 10.º.

corrupção passiva e no crime de tráfico de influências. No primeiro, como agente/autor do crime de corrupção passiva, no segundo e na corrupção activa, como agentes desportivos referidos e exigidos como elemento objectivo do crime.

A alínea c) do artigo 2.º define quem são os árbitros desportivos, podendo nela incluir-se não apenas os sujeitos com a categoria de árbitros, mas também todos os que a título principal ou auxiliar, apreciam, julgam, decidem, observam ou avaliam a aplicação das regras técnicas e disciplinares da modalidade desportiva. Não têm que ser intitulados de árbitros para que possam integrar esta categoria de agentes desportivos, têm sim, que apreciar, julgar e decidir da aplicação das regras técnicas de uma modalidade. A título de mero exemplo avançamos o caso dos directores de uma corrida de ciclismo ou os comissários de um grande prémio de F1, que, apesar de serem apelidados de forma diferente, não deixam de integrar a definição de árbitro desportivo. Para terminar, apenas referir que os árbitros desportivos não se confundem com os árbitros previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 386.º do Código Penal. Estes são os que exercem funções no âmbito de resolução extrajudicial de conflitos, e que, por isso, são considerados funcionários para efeitos da lei penal. Os árbitros desportivos nunca serão equiparados ou considerados funcionários, não podendo, por isso, cometer os ilícitos de corrupção previstos no Código Penal, mas tão-só os consagrados na Lei n.º 50/2007.

Por sua vez, as Federações Desportivas estão previstas na alínea e), integrando a descrição de pessoas colectivas desportivas. Muito se discutiu se os funcionários das Federações Desportivas podem ser considerados funcionários para efeitos da lei penal. Saber se os funcionários de uma Federação Desportiva podem ser integrados na actual alínea d) do n.º 1 do artigo 386.º do Código Penal, é tarefa que não se afigura nada fácil. Contudo, em breves linhas, explanaremos qual o entendimento da doutrina sobre esta problemática. Ponto assente é que, para integrar o conceito de funcionário nos termos desta alínea, é imprescindível que o agente exerça funções num organismo de utilidade pública. Mas será assim tão líquido tal equiparação? Bastará integrar uma Federação Desportiva com o estatuto de utilidade pública desportiva, para ser considerado funcionário, podendo, assim, vir a ser agente dos delitos de corrupção prescritos no Código Penal? Como defende DAMIÃO DA CUNHA, mesmo na hipótese de o agente do crime desempenhar funções numa Federação Desportiva e esta deter o estatuto de utilidade pública desportiva, não será considerado funcionário para efeitos de lei penal, por se considerar que as Federações

Desportivas são pessoas colectivas privadas<sup>18</sup>. Ainda que se entendesse de forma diversa, a qualificação destes agentes como funcionários públicos não pressupõe de forma automática a sua capacidade para a prática do ilícito de corrupção passiva. Ter-se-ia ainda que aferir – e uma vez que se inclui como elemento típico dos crimes de corrupção o conceito de cargo – se o agente detém poderes de autoridade/de decisão, ou se por, outro lado, se trata tão-só de um agente de gestão<sup>19</sup>.

Concluindo, podemos afirmar que nenhum dos agentes enunciados no artigo 2.º podem ser considerados funcionários para efeitos de lei penal nos termos do artigo 386.º do Código Penal e que nem todos podem ser considerados agentes “capazes” de integrarem o conceito de agente desportivo previsto para os delitos de corrupção.

### **3. Modalidades de corrupção. Aspectos distintivos.**

A Lei n.º 50/2007, tal qual o regime anterior, consagra, no que toca aos crimes de corrupção, dois tipos legais autónomos, a *corrupção passiva* e a *corrupção activa*, previstas, respectivamente, nos artigos 8.º e 9.º. A criminalização autónoma destas duas modalidades de corrupção vem na linha do modelo adoptado no Código Penal de 1982, onde se abandonou definitivamente a tese dos crimes de corrupção como delitos de participação necessária – delito bilateral ou de encontro – em que se exigia a verificação cumulativa das condutas do corruptor e do agente corrupto, quer para a consumação do delito, quer para a mera tentativa<sup>20</sup>.

Ultrapassada que está esta teoria, e abraçando-se estes tipos de ilícitos como crimes autónomos, a corrupção passiva consuma-se independentemente da actuação do agente da corrupção activa, e vice-versa. Claro que a corrupção tem sempre intrínseca a ideia de convergência de interesses entre o agente corrupto e o corruptor, no qual o primeiro “vende” um acto ou uma omissão e o segundo predispõem-se a “comprar” esse acto ou omissão. Contudo, esta ideia de correspondência das condutas activa e passiva vem sendo encarada pela doutrina portuguesa como uma contraprestação tão-só virtual, denominando-se de *pseudo-sinalagma* a relação existente entre estas duas prestações<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Cfr. DAMIÃO DA CUNHA, José Manuel, *O Conceito de Funcionário, para Efeito de Lei Penal e a “Privatização” da Administração Pública*, Coimbra Editora, 2008, p. 97-106, em especial p. 100-101.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 25-31, em especial a nota 30.

<sup>20</sup> Sobre este debate, veja-se, com maior cuidado, ALMEIDA COSTA, “Sobre o Crime de Corrupção”, p. 71-102.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 123-124.

Este entendimento contribuiu em muito para aligeirar as dificuldades de prova do designado *pacto de suborno* ou do dito encontro de vontades<sup>22</sup>. Foi justamente na esteira deste enquadramento teórico dos crimes de corrupção, a par da constatação pelo legislador das dificuldades probatórias que minavam a aplicação prática destes tipos legais, que em 2001 se promoveu, no âmbito do nosso Código Penal, a substituição da expressão “*como contrapartida de acto*”, pela referência “*para um qualquer acto*”<sup>23</sup>. Lamentavelmente, mas no seguimento do que vem já sendo tradição, estas alterações operadas no seio do nosso Código Penal só chegaram a ser transportas para a corrupção no sector desportivo em 2007, com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2007.

Avançando, e olhando agora para a modalidade de *corrupção passiva* plasmada no regime de combate à corrupção no fenómeno desportivo, consideram-se típicas as condutas do agente desportivo que solicita ou aceita, sem que lhe seja devida, vantagem (patrimonial ou não patrimonial) ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão destinados a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva. No caso da segunda modalidade, a *corrupção activa*, incrimina-se o comportamento de qualquer pessoa que dá ou promete vantagem patrimonial (ou não patrimonial) ao agente desportivo para que este altere ou falseie o resultado de uma competição desportiva. De um modo simples, a partir do quadro fáctico apresentado na presente lei, facilmente se apreende que se pode distinguir as modalidades de corrupção em *corrupção passiva* e *corrupção activa*, consoante se esteja perante a actividade do agente desportivo corrupto, ou a actividade do cidadão comum corruptor. Sucede que, a modalidade de corrupção passiva, por exigir uma particular qualidade do agente – agente desportivo – continua a configurar-se como um delito específico próprio, ao passo que a corrupção activa é considerada um crime comum, pois não exige para o seu preenchimento quaisquer qualidades especiais por parte do seu agente.

Acresce ainda que a corrupção, no âmbito do sector desportivo, é sempre *corrupção própria ou para acto ilícito*, por considerarmos que o falseamento ou deturpação do

---

<sup>22</sup> Comentando alargadamente a matéria, fazendo inclusive alusão a algumas decisões jurisprudenciais, Cláudia CRUZ SANTOS, “A Corrupção de Agentes Públicos em Portugal: Reflexões a partir da Lei, da Doutrina e da Jurisprudência”, in CRUZ SANTOS, Cláudia, Claudio BIDINO, Débora Thaís de MELO, *A Corrupção – Reflexões (a Partir da Lei, da Doutrina e da Jurisprudência) sobre o seu Regime Jurídico-Criminal em Expansão no Brasil e em Portugal*, Coimbra Editora, 2009, p.105-107.

<sup>23</sup> Vide, a Lei n.º 108/2001, de 28 de Novembro. Sobre estas e outras alterações ao Código Penal, Cláudia CRUZ SANTOS, “A corrupção [Da luta contra o crime na intersecção de alguns (distintos) entendimentos da doutrina, jurisprudência e do legislador]”, in *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra Editora, 2003, p. 963-991.

resultado de uma competição consiste sempre num acto ilícito. Demarcando-se da corrupção dita tradicional, ressalta à vista que no que toca à corrupção no desporto apenas são tipicamente relevantes as condutas em que a peita (ou suborno) se destine a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva, tal qual vem definida na alínea g) do artigo 2.º. Com efeito, estão aqui apenas em causa as competições desportivas entendidas como as actividades desportivas organizadas e regulamentadas pelas Federações Desportivas ou pelas Ligas Profissionais, associações e agrupamentos de clubes nelas filiados, ou das instâncias internacionais de que aquelas pessoas colectivas façam parte. Podemos então concluir que o desporto escolar, os jogos particulares e todos os outros que não preencham os requisitos constantes da definição de competição desportiva, não cabem no âmbito das incriminações compreendidas na presente Lei<sup>24</sup>.

Por outro lado, verifica-se que apenas se pune a *corrupção antecedente*. Contrariamente ao que está previsto desde 2001 no Código Penal, a *corrupção subsequente* não consta da letra da lei. A distinção entre estas duas modalidades de corrupção é feita consoante a solicitação ou a oferta do suborno sejam anteriores ou posteriores ao acto do

---

<sup>24</sup> Ao que parece, com algumas relutâncias relativamente à inclusão de todos os organismos constantes da definição de competição desportiva encontra-se DAMIÃO DA CUNHA, referindo que apenas as Federações dotadas de estatuto de utilidade pública estão “capacitadas” de oficializar as suas competições, uma vez que o Estado reconhece uma competição oficial pela atribuição de poderes de natureza pública, poderes que se concretizam com a atribuição às Federações Desportivas do estatuto de utilidade pública desportiva. Cfr. DAMIÃO DA CUNHA, *O Conceito de Funcionário...*, p. 98-100.

Relativamente às Federações Desportivas e às Ligas Profissionais é questão que actualmente está esclarecida. O estatuto de utilidade pública é um dos requisitos constantes no Regime Jurídico das Federações Desportivas e na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto para a constituição de uma Federação Desportiva, logo não existem, neste momento, Federações Desportivas sem o estatuto de utilidade pública. Uma vez que as Ligas Profissionais exercem, por delegação de poderes das respectivas Federações, as competências relativas às competições profissionais, e, entre essas encontra-se a obrigação de organizar e regulamentar a competição desportiva de natureza profissional, não restam dúvidas que as actividades desportivas organizadas por ambas as entidades se englobam no conceito de competição desportiva para efeitos da presente lei. Questão diversa acontecerá se no decurso de uma competição o estatuto de utilidade pública vier a ser retirado por qualquer razão.

Mais problemático parece ser a inclusão das competições internacionais organizadas pelas instâncias internacionais, pois não possuem poderes de natureza pública (ou, o estatuto de utilidade pública desportiva). Na linha de pensamento de DAMIÃO DA CUNHA, estas provas não devem ser consideradas competições “oficiais” e, como tal, toda a actividade desportiva organizada e regulamentada por estes organismos ficaria à margem do âmbito da lei. Se assim fosse, todos os jogos de futebol organizados pela FIFA e pela UEFA, bem como os jogos/competições internacionais das diversas modalidades realizados em Portugal, ficariam fora do campo de aplicação da Lei n.º 50/2007. Todavia, na nossa despretenhosa opinião, não nos parece ter sido esta a ração da lei, e fazendo uma interpretação literal do preceito, somos de admitir que estas competições se incluem no âmbito da definição de competição desportiva, ficando sujeitas ao campo de aplicação da corrupção no sector desportivo. É certo que no regime anterior não se fazia nenhuma referência nem às Ligas Profissionais nem às instâncias internacionais. Relativamente às Ligas Profissionais, não podia o legislador prever porque, apesar de fundada em 1978, a Liga Portuguesa de Clubes de Futebol Profissional, apenas em 1995 viria a regulamentar, organizar as competições de natureza profissional. Já quanto às instâncias internacionais, estávamos perante uma lacuna que o legislador entendeu, e a nosso ver bem, que se devia incluir no âmbito de aplicação da nova Lei.

agente corrupto que o corruptor pretende remunerar. Isto é, se a solicitação ou a promessa da peita ocorrer antes da prática do acto do agente, estamos perante corrupção antecedente. Contrariamente, se o agente pratica o acto e, só depois, solicita/cobra o suborno, entende-se tratar-se de uma corrupção subsequente. Não logramos as razões de tal solução – ausência de punição da corrupção subsequente. Entendemos, apesar de a corrupção subsequente não constar expressamente na letra da lei, que nem por isso se deveriam considerar atípicas as condutas em que o agente desportivo primeiro altera o resultado de uma competição e só posteriormente solicita ou aceita a vantagem<sup>25/26</sup>.

Questionamos, por fim, os motivos que levaram o legislador a não punir a corrupção activa específica, casos em que um agente desportivo corrompe outro agente desportivo. Apesar de não ser consensual, esta é a solução que se encontra desde a sua origem na Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, diploma referente à responsabilidade de titulares de cargos políticos de altos cargos públicos, consagrando-se assim, uma forma “qualificada” de corrupção activa, equiparando-a em termos punitivos, à corrupção passiva. Não queremos aqui descortinar quais razões para tal equiparação, mas evocar a dualidade de critérios entre os diferentes diplomas. Uma vez mais, coloca-se a corrupção no fenómeno desportivo, ao que parece, num patamar inferior de relevância, o que apenas descredibiliza o seu combate.

#### **4. Momento da consumação dos crimes de corrupção.**

Para determinarmos qual o momento de consumação dos delitos de corrupção é importante descortinar concretamente a qualificação de cada um dos crimes em apreço. Isto é, saber se estamos perante delitos de dano ou de perigo abstracto e de resultado ou de mera actividade, impõem-se neste momento, para que possamos concluir qual o momento exacto em que os crimes se consumam. No entanto, e uma vez que a literatura relativa à

---

<sup>25</sup> Já anteriormente à alteração levada a cabo em 2001 ao Código Penal, ALMEIDA COSTA considerava tipicamente relevante a corrupção subsequente. Assim, apesar de não constar da letra da lei, a doutrina defendia já a punibilidade das situações em que o *mercadejar* com o cargo ocorria em momento posterior ao acto já praticado. Cfr. ALMEIDA COSTA, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, comentário do artigo 372.º, p. 655-656. Com concepção discordante, sustentando – em comentário ao artigo 8.º da Lei 50/2007 – que “(...) não se pune (...) a corrupção passiva subsequente de agente desportivo”, PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo, *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2.ª edição, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010, p. 989.

<sup>26</sup> Apesar de já se ter defendido que a corrupção subsequente era, no plano material, menos grave do que a corrupção antecedente, esta tese não vigora entre nós e, como tal, deve a corrupção subsequente ser punida com o mesmo rigor que a corrupção antecedente. Uma vez mais, veja-se, ALMEIDA COSTA, “Sobre o Crime de Corrupção”, p. 104-105.

corrupção no fenómeno desportivo não é abundante, permitam-nos que neste sede – de forma a enveredarmos pelo melhor caminho – façamos uma decomposição, ainda que não completamente exaustiva, do que a doutrina portuguesa tem defendido relativamente aos crimes de corrupção previstos no Código Penal.

#### **4.1. Consumação da corrupção passiva.**

O debate sobre a qualificação dos delitos de corrupção previstos no Código Penal tem feito correr bastante tinta na doutrina portuguesa ao longo dos últimos anos, existindo quase tantas opiniões quanto o número de autores que se debruçam sobre os complexos crimes de corrupção.

No que tange ao critério de intensidade de lesão do bem jurídico protegido na corrupção passiva – apesar da diversidade de posições assumidas quanto à determinação do bem jurídico protegido – a doutrina converge em qualificar o delito de corrupção passiva como um crime de dano. Já relativamente ao critério do resultado material, as opiniões dividem-se. Por um lado, a doutrina que segue de perto o entendimento de ALMEIDA COSTA defende que se trata de um crime material ou de resultado, uma vez que a consumação do delito só acontece no momento em que a solicitação ou aceitação do suborno por parte do funcionário cheguem ao conhecimento do destinatário<sup>27</sup>. Por outro lado, PINTO DE ALBUQUERQUE afirma que estamos perante um crime formal ou de mera actividade, na medida em que a consumação ocorre apenas pela mera execução de um comportamento humano, sustentando que não se pode partir de um conceito de resultado que inclui estados que não implicam uma modificação do mundo exterior. No entanto, confirma que o crime se consuma com a comunicação da mensagem (de solicitação ou aceitação) do funcionário ao seu interlocutor<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Cfr. ALMEIDA COSTA, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, p. 662. Na mesma linha, CRUZ SANTOS considera o crime de corrupção passiva como um delito de resultado de dano. Vd. CRUZ SANTOS, “A Corrupção de Agentes Públicos em Portugal...”, p. 109. Também Victor de Sá PEREIRA e Alexandre LAFAYETTE defendem que a infracção só pode ser um crime de dano, sustentando que se trata de um crime material ou de resultado, *Código Penal Anotado e Comentado – Legislação Conexa e Complementar*, Lisboa, Quid Juris, 2008, p. 908.

<sup>28</sup> Cfr. PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal...*, p. 984. Pugnando também pela qualificação da corrupção passiva como um delito de natureza formal ou de consumação antecipada encontram-se LEAL-HENRIQUES e SIMAS SANTOS. Porém, os Autores divergem quanto ao momento de consumação do delito, uma vez que estes afirmam que este momento diverge consoante o modo pelo qual a corrupção se apresente. Assim, para os Autores, se for o funcionário a solicitar a vantagem o delito já se considera consumado, independentemente de o particular aceitar ou não a proposta do funcionário. Se, por outro lado, estivermos na modalidade de aceitação pelo funcionário do suborno proposto pelo particular, o



Debrucemo-nos agora sobre as opiniões da doutrina no que toca à corrupção passiva desportiva. PINTO DE ALBUQUERQUE refere que a corrupção passiva do agente desportivo é um delito de perigo abstracto e de mera actividade<sup>29</sup>. Por sua vez, JORGE GONÇALVES defende que se trata de um crime de dano e de mera actividade<sup>30</sup>. Já ANA GROSSO e PEDRO FARIA afirmam tratar-se de um crime de resultado cortado<sup>31</sup>. Por fim, CRUZ SANTOS, ao analisar uma decisão do STJ relativa à corrupção desportiva, refere que o crime de corrupção passiva se consuma “com a adopção de uma conduta (a solicitação/aceitação da vantagem ou a promessa/oferta da mesma) a que acresce a produção de um evento (a chegada ao destinatário desta manifestação de vontade) que importa um dano para a autonomia intencional do Estado”<sup>32</sup>. Esclarecendo ainda, que “não se vislumbra qualquer razão para que aquela concreta questão (o momento da consumação da corrupção) mereça tratamento diferente do regime previsto no Código Penal”<sup>33</sup>.

No fundo, a questão prende-se em considerar, ou não, aquele momento – em que a solicitação ou aceitação do suborno chega ao conhecimento do agente activo – como parte do resultado. Ou seja, saber se a consumação pressupõe, ou não, a existência de um efeito sobre o objecto da acção, que se traduz numa alteração externa distinta da própria conduta.

---

delito só se consuma para o funcionário se este vier a aceitar o oferecimento ou a promessa, ou se vier a receber a dádiva. Vide LEAL-HENRIQUES, Manuel de Oliveira, SIMAS SANTOS, Manuel José Carrilho de, *Código Penal Anotado*, Vol. II, 3.<sup>a</sup> ed., Editora Rei dos Livros, 2000, p. 1600-1601.

<sup>29</sup> Cfr. PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal...*, p. 989. Apesar de o Autor entender que a corrupção passiva de funcionário público é um crime de dano, trata a corrupção passiva de agente desportivo de forma diferente, ao defender que estamos perante um crime de perigo abstracto. Não podemos concordar com tal entendimento, pois que, e apesar de estarmos cientes da diferença do bem jurídico protegido em cada uma das incriminações, não cremos que com o preenchimento da conduta típica haja apenas uma simples potencialidade de lesão da verdade, lealdade e correcção da competição. Acreditamos que com a solicitação/aceitação de um suborno, o agente causa já uma efectiva lesão do bem jurídico protegido, ainda que não se verifique uma alteração ou falseamento do resultado desportivo. Assim, e uma vez que o desenho típico destes ilícitos é semelhante aos previstos no Código Penal, não descortinamos nenhuma razão para que se entendam estes tipos legais de forma diferente. Coisa diferente seria se o bem jurídico protegido fosse apenas a verdade desportiva. Nesse caso, talvez pudéssemos perfilhar a tese de que a corrupção passiva desportiva consubstancia um crime de perigo abstracto, porque não seria líquido que a conduta típica causasse já um dano à verdade desportiva. No entanto, e uma vez que se quer proteger, para além da verdade desportiva, também a lealdade e a correcção da competição, consideramos estarmos perante um delito de dano quanto ao grau de lesão do(s) bem(ns) jurídico(s) protegido(s).

<sup>30</sup> O Autor afirma que o bem jurídico é efectivamente atingido com a conduta típica, ainda que o resultado da competição não venha a ser alterado. Vd. JORGE GONÇALVES, *Comentário das Leis Penais Extravagantes...*, p. 715.

<sup>31</sup> Vide, ALVES, Ana Grosso e FARIA, Pedro, *A nova legislação do desporto comentada*, Colecção PLMJ, Coimbra Editora, 2010, p. 19.

<sup>32</sup> Ac. do STJ de 30 de Outubro de 2007. Note-se que até hoje esta é a única decisão transitada em julgado que tem como pano de fundo a corrupção no fenómeno desportivo. O acórdão pode ser consultado na sua íntegra seguido de uma análise de MANUEL MEIRIM, in *R.P.C.C.*, Ano 8, Fasc. 1º, Janeiro-Março, 1998.

<sup>33</sup> O parêntese é nosso. Para uma análise mais detalhada da questão veja-se, CRUZ SANTOS, “A Corrupção de Agentes Públicos em Portugal...”, p.121-126.

A resposta a esta questão, e salvo melhor opinião, parece-nos que só pode ser afirmativa. Do ponto de vista de um plano prático, raras serão as vezes em que o momento da solicitação ou aceitação da vantagem por parte do agente não é coincidente com o momento em que o corruptor dá ou promete o suborno. Nesses casos, o *tal momento*, que temos vindo a referir, é quase sempre – se não sempre – instantâneo. No entanto, num plano teórico, todas as hipóteses terão de ser pensáveis, e pode acontecer – porventura até nem serão assim tão raros – os casos em que a aceitação/solicitação do agente desportivo e a correspondente dádiva/oferecimento do corruptor se prolongue no tempo e no espaço de tal forma que existe um efeito sobre o objecto da acção distinto da conduta. Acontecerá, por exemplo, nos casos em que o agente desportivo “usa” um intermediário, o denominado “testa de ferro”, para a solicitação/aceitação do suborno, de forma a “camuflar-se” de posteriores suspeitas.

De todo o exposto, somos de acolher a tese que considera que, *in casu*, estamos perante um delito material ou de resultado. O resultado – lesão do bem jurídico – é elemento do tipo de ilícito, que se verifica com a solicitação/aceitação, logo que a proposta chegue ao conhecimento do destinatário. Não se pune uma mera actividade ou um perigo presumido, pune-se um resultado. Resultado esse, que nada tem que ver com a prática de um acto ou omissão por parte do agente desportivo, mas sim com o momento em que as vontades, dos agentes passivo e activo, se encontram. A partir desse momento, a objectividade de decisão por parte do agente desportivo fica em causa. Portanto, o que se pune, não é o acto praticado ou a praticar pelo agente desportivo, mas sim o *pacto corruptivo* que ocorre entre os agentes da corrupção passiva e da corrupção activa.

#### **4.2. Consumação da corrupção activa.**

Mais controversa parece ser a determinação do momento de consumação da corrupção activa. Chamamos aqui, uma vez mais, à colação os argumentos expostos pela doutrina portuguesa atinente ao regime da corrupção activa previsto no Código Penal. COSTA PINTO faz uma distinção entre as duas modalidades previstas na corrupção activa. Assim, se na modalidade de *dádiva* de vantagem indevida a funcionário, o Autor entende tratar-se de um crime material, em que a aceitação pelo funcionário consuma a infracção, na modalidade de *promessa* reitera corresponder a um crime formal, tornando-se indiferente para a

consumação da infracção a aceitação da promessa pelo funcionário<sup>34</sup>. Por sua vez, PINTO DE ALBUQUERQUE ao desenvolver esta distinção, defende que na modalidade de *dar* estamos perante um delito de dano e de resultado, já na modalidade de *promessa*, afirma tratar-se de um crime de perigo abstracto e de mera actividade. Na visão do Autor, a expressão “*der*” significa uma transferência da vantagem que já foi aceite por outrem<sup>35</sup>. Porém, não somos de acolher tal entendimento. Ao que julgamos, a expressão “*der ou prometer*” comporta a pretensão de vir a transferir uma vantagem para o agente. Na modalidade de “*dar*”, há uma entrega da dádiva, ou seja, uma oferta de uma vantagem (que pode ainda ser recusada), já na modalidade de “*promessa*”, há uma promessa de entrega de dádiva, isto é, uma promessa de oferta da vantagem<sup>36</sup>.

Apesar de os delitos em apreço não se reconduzirem aos crimes de participação necessária, a verdade é que, como vimos anteriormente, eles estão interligados, e como bem lembra ALMEIDA COSTA, na corrupção activa também cabem as hipóteses em que a iniciativa cabe ao funcionário. Posto isto, sempre que tal hipótese aconteça (desde que chegue ao conhecimento do particular) já existe uma efectiva lesão do bem jurídico protegido. Nestes casos, a conduta do corruptor (atribuição do suborno), não comporta nem a violação, nem a colocação em perigo do bem jurídico, visto que a ofensa do mesmo já se encontra consumada desde a solicitação do funcionário. Uma vez que a corrupção passiva não faz nenhuma distinção entre esta situação e aquela em que a iniciativa cabe ao particular, o Autor sustenta que o delito de corrupção activa se esgota num mero *desvalor de acção* “mas que não se mostra reconduzível à categoria dos crimes de perigo – circunstancia que confere à corrupção activa uma natureza *sui generis* (...)”. Do exposto, é indiferente para a consumação da corrupção activa a conduta que o funcionário venha a tomar. Contudo, para ALMEIDA COSTA, a conduta típica não se esgota aqui, é necessário ainda que a oferta/promessa de vantagem chegue ao conhecimento do funcionário, para

---

<sup>34</sup> Cfr. COSTA PINTO, Frederico de Lacerda da, “A Intervenção Penal na Corrupção Administrativa e Política”, in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Instituto de Direito Penal Económico e Europeu, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. III, Coimbra Editora, 2009, p. 344.

<sup>35</sup> Veja-se a este propósito, PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal*, p. 990. É curioso notar que o Autor ao referir-se à corrupção activa desportiva não procede a uma distinção entre as duas modalidades (*dar e prometer*), afirmando, ao que parece, que estamos perante um crime de perigo abstracto e de mera actividade, para ambas as modalidades. No entanto, JORGE GONÇALVES em análise do artigo 9.º da Lei n.º 50/2007 retoma a posição expandida por PINTO DE ALBUQUERQUE aquando da análise do regime da corrupção activa prevista no artigo 374.º do Código Penal. Vide, JORGE GONÇALVES, *Comentário das Leis Penais Extravagantes...*, p. 719-720.

<sup>36</sup> Com o mesmo entendimento CARMO DIAS, Maria do, *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, Comentário à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, org. Paulo Pinto Albuquerque/José Branco, Universidade Católica Editora, 2010, p. 781-782.

que o delito esteja consumado. Assim, apesar do conteúdo do ilícito consubstanciar um mero desvalor de acção, a corrupção activa integra um crime material ou de resultado. Diferente conclusão envolveria o contra senso de se estabelecer uma disciplina mais rigorosa para o particular corruptor, do que para o funcionário corrupto, pois que, para a consumação da corrupção passiva é necessário que a solicitação/aceitação da peita cheguem ao conhecimento do destinatário<sup>37</sup>.

Do exposto, somos de sufragar a tese de que a corrupção activa é um crime de dano e de resultado. Em primeiro lugar, porque não nos parece, que a partir do momento em que a dádiva ou promessa de dádiva chega ao conhecimento do funcionário/agente desportivo, haja apenas um perigo de lesão do bem jurídico (quer seja a autonomia intencional do Estado, quer seja a verdade, lealdade e correcção da competição). Entendemos que, nesse instante, há já lesão do bem jurídico, pois fica inquinada, nesse momento, a objectividade de decisão do agente desportivo. Escusado será dizer que os agentes desportivos não são “robots”, e que após o conhecimento da promessa de vantagem, dificilmente a sua actuação será isenta e imparcial. Depois, porque não partilhamos da teoria que “*dar ou prometer*” consubstanciem duas expressões diferentes. Pugnamos pelo entendimento de que em ambas as hipóteses se tratam de ofertas de vantagens. Por último, não nos conseguimos alhear do argumento de justiça material – apontado por ALMEIDA COSTA – segundo o qual não se deve, nem se pode, consagrar um regime mais rigoroso para o corruptor do que para o funcionário corrupto e, como tal, deve entender-se este crime como um crime material e de resultado e não um delito formal ou de mera actividade<sup>38</sup>.

Por conseguinte, tanto para a consumação da corrupção passiva, como para a corrupção activa, é necessário que ocorra um evento que está para além da conduta do agente, evento esse, que se reconduz ao facto de a solicitação/aceitação ou a oferta/promessa da peita cheguem ao conhecimento do destinatário. Sempre que tal não aconteça, as condutas apenas serão puníveis a título de tentativa. Assim, o cerne do ilícito encontra-se no simples mercadejar com a função/cargo, já que a simples solicitação do suborno pelo agente integra já uma corrupção passiva consumada – desde que chegue ao conhecimento da outra parte – mesmo nos casos em que o acto não venha a ser realizado.

---

<sup>37</sup> Cfr. ALMEIDA COSTA, “Sobre o Crime de Corrupção”, p. 102 e 187-193.

<sup>38</sup> Acresce a tudo isto um argumento de índole geral, que se prende com a discutível punição da tentativa nos crimes de perigo, sobretudo nos crimes de perigo abstracto. É que o artigo 9.º n.º 2 da Lei n.º 50/2007, confirma a punição da tentativa, o que torna difícil a concepção deste delito como um crime de perigo abstracto.

Em síntese, haverá corrupção passiva e corrupção activa consumadas, nas hipóteses em que o agente desportivo não pratique qualquer acto ou omissão destinados a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva, bem como, nas casos em que o agente desportivo não venha a receber qualquer vantagem.

#### **4.3. O caso particular da corrupção nos ilícitos disciplinares.**

Apesar de ser um assunto que nesta sede nos ultrapassa, não deixaremos de tecer breves palavras em relação à discrepância que se fazia sentir entre o regime previsto na Lei n.º 50/2007 e o regime disciplinar previsto no Regulamento Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol Profissional. Até à época desportiva 2008-2009, exigia-se para verificação do ilícito disciplinar, que o clube *solicitasse e obtivesse* da equipa de arbitragem uma actuação parcial para que o jogo decorresse em condições anormais, ou com consequências no seu resultado, ou fosse falseado o boletim do encontro. Quer isto dizer que era elemento do tipo a verificação de um resultado – uma das três hipóteses referidas – ou seja, o ilícito disciplinar só estava consumado, não com a simples solicitação, mas apenas quando a actuação do árbitro fosse parcial e de encontro aos intentos do clube. Apenas no Regulamento Disciplinar referente à época desportiva 2009-2010 se retira a expressão *obtiver*, aproximando-se assim a infracção disciplinar do regime previsto na Lei n.º 50/2007. Antes desta alteração causava bastante perplexidade a disparidade existente entre regimes, pois poderia acontecer, que o agente desportivo viesse a ser condenado por corrupção passiva consumada num tribunal comum e na justiça desportiva ser apenas condenado por corrupção passiva na forma tentada.

Bem se andou aquando da alteração, pois não é concebível que os requisitos de verificação do ilícito disciplinar sejam mais apertados que os pressupostos do ilícito criminal<sup>39</sup>. Causando ainda mais estranheza é o facto do Regulamento Disciplinar do futebol ser dos poucos (se não mesmo o único)<sup>40</sup> a conter, como elemento para a consumação da corrupção passiva, a verificação da alteração do resultado desportivo.

---

<sup>39</sup> Sobre esta questão, e também de forma bastante crítica, veja-se, SOARES DA CÂMARA PINA, Bernardo, *A Corrupção como Infracção Disciplinar Desportiva*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Direito, 2008.

<sup>40</sup> Não podemos afirmar que seria exclusivo do futebol, pois não temos casuística das várias modalidades, nem sequer temos conhecimento se todas as modalidades estão regulamentadas.

Todas as outras modalidades desportivas, que neste âmbito nos foi possível analisar, têm o seu regime bastante similar com o descrito no Código Penal e na Lei n.º 50/2007<sup>41</sup>.

## **5. As modalidades de corrupção que ficaram à margem da corrupção no sector desportivo.**

Como já anteriormente fizemos referência, na corrupção de agentes desportivos apenas se punem as condutas que tenham como fim a alteração de um resultado desportivo, não se punindo a solicitação ou aceitação, por parte de um agente desportivo, de uma *vantagem indevida* para que actue não de forma a alterar o resultado de uma competição, mas “apenas” para realizar a tarefa a que está sujeito de forma mais eficaz e prudente. Quer isto dizer, que as ofertas a um agente desportivo que tenham em vista a prática de um qualquer acto que não viole os deveres a que se encontra obrigado, de acordo com o papel que desempenha, consideram-se tipicamente irrelevantes. Numa palavra, a corrupção passiva imprópria ou para acto lícito de agentes desportivos não está prevista nem é punida.

As razões que encontramos para tal lacuna de punibilidade são, das duas uma, ou se considerou que a corrupção imprópria não teria suficiente dignidade penal para ser criminalizada no âmbito desportivo, ou então, não foi possível ao legislador encontrar uma descrição típica que apenas englobasse as condutas que se queriam verdadeiramente ver integradas nos ilícitos de corrupção. No nosso entendimento, a segunda opção é a que se acha mais preponderante, tendo sobretudo em conta que, por vezes, torna-se delicado distinguir as hipóteses não censuráveis – e que por isso não merecem a intervenção do direito penal – daquelas em que se “exige” a intervenção da tutela penal.

Para que se compreenda melhor o que se vem dizendo, permitam-nos, uma vez mais, recorrer a exemplos. É do conhecimento geral que no âmbito desportivo é usual oferecer vantagens em compensação de um resultado positivo – os aclamados prémios de jogo – em que um clube desportivo, em virtude de uma vitória importante, oferece aos seus atletas uma vantagem patrimonial não incluída no vencimento. Um outro exemplo que podemos nesta sede fazer alusão é o caso do atleta/equipa que perde propositadamente para ficar em segundo no grupo em que está inserido, de forma a evitar um adversário mais complicado.

---

<sup>41</sup> Não podemos sonhar que o futebol será, porventura, a modalidade desportiva que mais impacto tem entre nós, e por isso mesmo também mais exposto a práticas corruptas, daí que seja inconcebível a não correspondência entre regimes.

Estas situações devem ficar à margem da intervenção do direito penal, no primeiro exemplo, porque o prémio recebido pelos atletas, apesar de excluído do vencimento, não é uma *vantagem que não lhes é devida* e, no segundo, pelo facto de não existir uma transacção fraudulenta ou sequer uma vantagem, devida ou indevida.

Coisa diferente acontece nas hipóteses em que um clube, por se encontrar na luta para não descer de divisão, oferece a uma equipa uma vantagem para que ganhe um jogo que irá disputar com um adversário directo na luta pela descida. Aqui já há uma verdadeira transacção e a vantagem recebida pelos atletas não lhes é devida, não por ser contrária às funções a que se encontram obrigados – a sua função é ganhar os jogos em que participam – mas porque provém de alguém que não é sequer sua entidade patronal. Nestes casos, apesar de o pacto corrupto não almejar um acto ilícito (falsear o resultado desportivo), parece-nos, contudo, que continua a existir um pacto fraudulento que deveria ser sancionado.

Recorrendo novamente a exemplos, pense-se no caso em que alguém oferece uma vantagem patrimonial a um árbitro para que este exerça as suas funções condignamente e de acordo com as regras técnicas a que está sujeito, ou seja, para que o árbitro actue de forma lícita. Certamente que nestes casos a actuação do árbitro, em caso de dúvida, será tendenciosa. Veja-se ainda o caso do dirigente que tem conhecimento que o árbitro escolhido para arbitrar a partida foi corrompido pela equipa adversária e, em virtude desse facto, oferece-lhe uma vantagem para tentar “anular” o suborno anterior. Também nestes casos o suborno não tem em vista falsear ou adulterar o resultado da competição, mas funciona tão-só para que a actuação do árbitro seja isenta, imparcial e em consonância com as funções a que estava incumbido. Nos exemplos avançados, apesar de o objectivo final não ser um acto ilícito, a verdade é que configuram situações de ingerência de terceiros na actividade desportiva e que, por isso, deveriam ser reprimidas, porque violadoras da lealdade, da verdade e da correcção da competição e do seu resultado.

De tudo o quanto se vem afirmando, resulta que ficam assim excluídas do âmbito de aplicação da Lei, e sem conseguirmos descortinar qualquer fundamento que se julgue razoável, todas as situações em que um agente desportivo recebe uma *vantagem indevida* para um qualquer acto não destinado a falsear ou adulterar um resultado desportivo, ou seja, para que o agente pratique um acto de acordo com as suas funções.

Fica, assim, a ideia de que o legislador não criminalizou a corrupção para acto lícito por receio de alargar em demasia as margens de punibilidade dos ilícitos de corrupção,

parecendo querer evitar cair-se no erro de se englobarem situações não censuráveis. Contudo, como pudemos demonstrar, os benefícios desta escolha ficam bastante aquém das desvantagens que tal consagração comportaria, daí entendermos que se deveria ter previsto esta modalidade de corrupção. Não nos podemos esquecer que os ilícitos de corrupção têm sempre subjacente um *pacto corruptivo fraudulento*, em que alguém “vende” um acto em troca de uma vantagem, sendo certo que essa vantagem tem sempre de ser *indevida*, não podendo por isso cair no campo de aplicação destes ilícitos as hipóteses que não preencham estes pressupostos. Assim, mesmo nos casos em que um atleta ou um árbitro realizam uma aposta milionária num determinado resultado de uma partida em que irão estar inseridos, apesar da elevada danosidade social que este caso comporta, ele nunca caberá no conceito de corrupção, nem ilícita nem lícita, porquanto não há um *pacto corruptivo*, não existindo sequer, como é óbvio, uma oferta (*vantagem indevida*) por parte de alguém e com o intuito de corromper.

De todo o exposto, entendemos que a melhor solução de *iure condendo* seria a de se consagrar e punir – pelo menos quando em causa esteja um árbitro desportivo – a corrupção para acto lícito também no âmbito desportivo, pois que, se os aplicadores do direito estiverem cientes de que não existe corrupção nos casos em que o agente não *negoceia as suas funções*, e que mesmo quando tal venha acontecer, a dádiva recebida tem de ser uma *vantagem indevida*, não haverá dúvidas em se incluir no âmbito de aplicação da norma apenas as hipóteses que configuram verdadeiros ilícitos de corrupção.

Menos compreensível é a não previsão da modalidade de corrupção *sem demonstração do acto pretendido*. Desde 2001 que aquela modalidade se encontrava prevista no n.º 2 do anterior artigo 373.º do Código Penal, estando actualmente consagrada no artigo 372.º e sob a epígrafe de *recebimento indevido de vantagens*. Na origem destas mudanças encontramos a vontade do legislador de conceder maior protagonismo à modalidade de corrupção desprendida da necessidade de demonstração do acto que o suborno tem em vista “comprar”, punindo-se o denominado *clima de permeabilidade ou de simpatia*, circunstância que traduz o esforço que desde 2001 tem vindo a ser feito no sentido de combater os problemas ligados à prova do designado “pacto de suborno”<sup>42</sup>. Mas se por um lado o legislador teve a bondade de incluir estas condutas na panóplia dos crimes de

---

<sup>42</sup> Sobre esta temática, Cláudia CRUZ SANTOS, “Os crimes de corrupção de funcionários e a Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro (“é preciso mudar alguma coisa para que tudo continue na mesma?”)”, in *As Alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, 2011, p. 9-28.



corrupção previstos na lei penal geral, e até mesmo no regime dos crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos, já não é assim no que respeita à Lei n.º 50/2007.

Nestes termos, ficam excluídas de punição no fenómeno desportivo todas os “presentes” oferecidos aos agentes desportivos não justificados de outro modo a não ser por reporte às suas funções. Todos estes casos, em que as vantagens são ditadas pelo intuito de criação de um clima de permeabilidade ou de parcialidade para futuras diligências, são atípicos no âmbito desportivo<sup>43</sup>. A respeito desta problemática, pensamos que mesmo nos casos em que o árbitro ainda não se encontra designado para arbitrar uma partida de determinado clube, o certo e mais natural é que mais cedo ou mais tarde venha a ser nomeado para arbitrar um jogo em que esse clube participe. Por conseguinte, a oferta a um árbitro de qualquer vantagem que provenha de pessoa ligada, de alguma forma, ao exercício da sua actividade, e que por isso mesmo traduza a vontade de criar o aludido clima de permeabilidade, deveria incluir-se na descrição típica dos crimes de corrupção no sector desportivo.

Infelizmente, a nosso ver, manteve-se a lacuna de punibilidade das hipóteses em que não se faz prova do acto concreto que se pretende remunerar, mas que a sua justificação apenas encontra fundamento no âmbito da funcionalidade do agente desportivo<sup>44</sup>.

Uma vez mais, entendemos que quando em causa esteja um árbitro desportivo, esta modalidade de corrupção também deveria estar prevista. Escusado será dizer, que ficariam excluídas tanto na *corrupção para acto lícito* como para o *recebimento indevido de vantagens* as condutas socialmente adequadas e conformes os usos e costumes<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Coisa diferente aconteceria se o Projecto de Lei n.º 320/X, de 2007 do PSD fosse avante. Note-se que, até com alguma antecipação, esta proposta contemplava já o recebimento indevido de vantagens sob a epígrafe de *oferta ou recebimento indevidos* para o árbitro que solicitasse ou aceitasse por causa das suas funções, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, de agente que perante ele tenha tido, tenha ou possa vir a ter pretensão dependente do exercício dessas suas funções.

<sup>44</sup> Uma vez que os árbitros não são profissionais, estas ofertas terão que se reportar à actividade enquanto árbitro e nunca em razão de outras funções que porventura desempenhem. Lembramos ainda, que o facto de não serem profissionais não legitima que possam, sem mais, aceitar quaisquer dádivas. Não são profissionais mas são remunerados pelas funções que exercem enquanto agentes desportivos.

<sup>45</sup> A cláusula da adequação social é transversal a todo o direito criminal, logo, excluir-se-ia do âmbito de aplicação destes tipos legais os casos em que segundo as regras técnicas e disciplinares de cada modalidade é possível combinar o resultado de uma competição – como acontece por exemplo no ciclismo. Bem como as ofertas de “cortesia” ou os “presentes” proporcionados aos árbitros de forma transparente e que não ponham em causa a sua integridade, credibilidade e que sejam admitidos no âmbito de cada uma das modalidades.

## 6. A agravação das molduras legais.

Nos termos do artigo 12.º, as penas do crime de corrupção passiva e do crime previsto no n.º 1 do artigo 10.º – pune a conduta do traficante da influência – são agravadas em um terço dos seus limites se o agente for dirigente desportivo, árbitro desportivo, empresário desportivo ou pessoa colectiva desportiva, o mesmo acontecendo ao agente da corrupção activa e ao comprador da influência (artigo 10.º n.º 2), quando cometem o delito relativamente a um dos agentes desportivos supracitados. Tudo que não se prenda com os delitos de corrupção extravasa o âmbito deste estudo.

Todavia, nas situações em que o agente do delito de tráfico de influência é um agente desportivo (traficante da influência), não vemos como possam esses casos ficar à margem do âmbito de um crime de corrupção passiva, pois que, o abuso da influência tem sempre de ter o fim de obter uma decisão destinada a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva. Assim, se o traficante da influência for um agente desportivo e exercer a sua influência sobre outro agente desportivo (decisor), cometerá, a nosso ver sempre, um crime de corrupção passiva que consome o tráfico de influência<sup>46</sup>, e é assim porque o *acordo* celebrado entre ambos é sempre subsumível ao crime de corrupção passiva. Parece-nos, por conseguinte, que a solução de agravar as molduras penais quando o agente do crime de tráfico de influência é um dirigente desportivo, árbitro desportivo, empresário desportivo ou uma pessoa colectiva desportiva, foi pouco ponderada, sendo até desnecessária, pois, do que na verdade se trata é de uma corrupção passiva, essa sim agravada, nos termos do artigo 12.º.

Passemos agora analisar as agravações concretas dos ilícitos criminais de corrupção. Contrariamente ao estabelecido no diploma precedente, o legislador em 2007 abandonou a autonomia típica de um tipo qualificado de corrupção passiva, optando por agravar as molduras penais em um terço dos seus limites “apenas” para os casos em que o agente é árbitro desportivo, dirigente desportivo, empresário desportivo ou pessoas colectiva desportiva<sup>47</sup>. Se bem se vê o problema, em nada ou em pouco se alterou a solução

---

<sup>46</sup> O agente além de cometer um crime de corrupção passiva que consome o tráfico de influência, comete ainda um crime de corrupção activa, em concurso efectivo real de crimes, uma vez que as condutas, apesar de ofenderem o mesmo bem jurídico, são diferentes e independentes entre si. Neste sentido, PEDRO CAEIRO, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, tomo III, Coimbra Editora, 2001, comentário do artigo 335.º, p. 286.

<sup>47</sup> Agravação que se aplica também para as condutas activas em que se corrompe um dos agentes mencionados. No entanto, não se prevê a agravação da corrupção activa quando cometida por agentes desportivos. Fazendo referência à lacuna de agravação da corrupção activa cometido por árbitros, Nuno

anteriormente consagrada no Dec. Lei n.º 390/91, apenas se arredou da qualificação alguns dos agentes, ao que parece, agora considerados “secundários” para efeitos dos tipos legais de corrupção<sup>48</sup>. Continuamos aqui a repugnar tal solução, por todos os argumentos referidos anteriormente, e porque, mesmo com a tentativa do legislador de “clarificar” e de restringir os agentes que devem ser mais severamente punidos, continuam a ser inúmeros os exemplos que poderíamos enunciar para demonstrar as discrepâncias e injustiças que esta solução pode abarcar<sup>49</sup>.

Na nossa modesta opinião, seria preferível acolher a solução expandida no Código Penal, não se operando diferenças de punibilidade em razão das funções do agente<sup>50</sup>, remetendo aos aplicadores da lei a valoração (entre outras circunstâncias, tais como, o valor do suborno, a pessoa de quem proveio, o acto que se pretende remunerar e o número de actos transaccionados), da maior ou menor censurabilidade em razão das funções que o agente desempenha<sup>51</sup>. A gravidade do ilícito deve ser aferida globalmente, tendo em

---

Barbosa, “O Estatuto Jurídico do Árbitro no Direito Português” in *Direito do Desporto Profissional*, Contributos de um Curso de Pós-Graduação, coordenação João Leal Amado e Ricardo Costa, Edições Almedina, 2011, p. 58.

<sup>48</sup> Criticando esta solução, Ana Grosso ALVES e Pedro FARIA, *A nova legislação do desporto...*, p. 24. Os Autores reiteram que se deveriam incluir também os agentes que viam a sua conduta agravada nos termos do regime precedente.

<sup>49</sup> Veja-se, os argumentos expendidos aquando da análise do regime anterior, nas páginas 3 e 4, em especial a nota 6.

<sup>50</sup> Apesar de, com as alterações de 2010 ao Código Penal, se prever, para além da agravção da moldura legal em razão do valor patrimonial da vantagem, uma agravante quando agente actue nos termos do artigo 12.º, ou seja, quando o agente actue em nome ou representação de uma pessoa colectiva ou uma sociedade. Porém, consideramos que os fundamentos que levaram o legislador a pensar esta situação são diferentes dos que o levaram a consagrar a agravção das pessoas colectivas desportivas. No âmbito da lei geral, o agente que actua em nome de uma pessoa colectiva só pode ser o agente da corrupção activa e nunca da corrupção passiva. Pela referência que se faz ao artigo 11.º do Código Penal, não terá sido outro o propósito do legislador. O fundamento para esta maior censurabilidade encontra suporte na ideia de existir maior perigosidade de actos corruptos, por se “presumir” que estas pessoas têm maior capacidade financeira para subornar, o que demonstra um claro combate à denominada “grande corrupção”. Ora, pensamos que o fundamento que levou o legislador a punir mais severamente as pessoas colectivas desportivas se prende, não com a sua capacidade financeira para subornar um agente desportivo, mas sim, quando está em causa o agente da corrupção passiva, devido ao ascendente que estas têm sobre os seus atletas, treinadores ou árbitros. Note-se que a definição de pessoa colectiva desportiva engloba, para além dos clubes e sociedade desportivas, as Federações Desportivas e as ligas profissionais – “a entidade patronal” dos árbitros. Muito crítico relativamente à agravção prevista no artigo n.º 374.º-A n.º 4 do Código Penal, encontra-se DAMIÃO DA CUNHA, José Manuel, *A Reforma Legislativa em Matéria de Corrupção – Uma análise crítica das Leis n.ºs 32/2010, de 2 de Setembro, e 41/2010, de 3 de Setembro*, Coimbra Editora, 2011, p. 99.

<sup>51</sup> É óbvio que, com isto não defendemos que se deve punir de forma igual um atleta/treinador e um árbitro de uma competição, cuja autoridade, imparcialidade, objectividade e o respeito pelas partes que competem se presume de especial intensidade e de maior censurabilidade. O que nos parece é que essa qualidade deve ser aferida no caso concreto e valorada, juntamente com todos os outros factores indicados, na determinação concreta da sanção. Veja-se que mesmo na Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, referente aos crimes de responsabilidade de titulares de cargos políticos e titulares de altos cargos públicos, não se acolheu a tese de categorizar os possíveis agentes dos crimes, prescrevendo-se a mesma moldura legal para todos os passíveis agentes dos crimes de corrupção. Chamamos ainda a atenção para o facto de, desde 1995, ter sido revogado

consideração todas as circunstâncias – incluindo obviamente, mas não de forma automática, a qualidade do agente. Apenas com a conjugação de todos os elementos pode o julgador valorar o facto típico como manifestamente mais grave.

Coisa diversa é a agravação das molduras em razão do valor da vantagem, introduzidas no artigo 374.º-A com a alteração ao Código Penal, com a Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro, em que a intenção do legislador terá sido o combate feroz à denominada “grande” corrupção, fazendo distinção, através do robustecimento das sanções, entre a “pequena” e a grande “corrupção”. Esta solução é bastante questionável, na medida em que não se viola com mais intensidade o bem jurídico quando o funcionário corrupto pertence a uma categoria superior (exigindo à partida um suborno mais robusto) ou quando se é detentor de uma maior disponibilidade financeira, do que quando não se consegue oferecer pouco mais do que uma bagatela. Não nos parece que os delitos de corrupção devam estar sujeitos às “regras do mercado”. Não obstante, a melhor solução continua a ser a que avançamos anteriormente, ou seja, também o “preço” do acto e o correspondente valor da dádiva, devem ser ponderados na determinação da medida concreta da pena<sup>52</sup>.

Contudo, e apesar de criticável, não descortinamos qualquer fundamento para, uma vez mais, a corrupção desportiva ter ficado à margem de tal solução. Note-se que as molduras penais dos crimes de corrupção desportiva são menos dilatadas, o que torna mais delicada uma distinção entre a pequena e a grande corrupção. Não engendramos outra hipótese que não um lapso do legislador, porquanto não consideramos que o regime da corrupção desportiva deva ser mais benevolente do que as demais incriminações de corrupção. Também aqui se exige uma alteração ao regime previsto para a corrupção no fenómeno desportivo.

## **7. A dispensa e atenuação especial da pena.**

As medidas de direito premial estão também agora autonomizadas numa só norma, agrupadas no artigo 13.º. Prevenimos, no entanto, que por razões de delimitação do objecto do presente estudo, circunscreveremos a nossa análise às alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 13.º, porquanto o n.º 2 do artigo 13.º apenas tem aplicação prática ao tipo legal de associação criminosa, delito excluído do âmbito desta investigação.

---

do Código Penal o crime de corrupção passiva em causa criminal, em que a pena aplicada a um Juiz poderia ser superior à moldura penal prescrita para a corrupção passiva de outros funcionários.

<sup>52</sup> Bastante crítico e reclamando por solução semelhante, DAMIÃO DA CUNHA, *ult. ob. cit.*, p. 95-99.

Institui-se na alínea a) a obrigatoriedade de o agente beneficiar de uma atenuação especial da pena quando auxilie, concretamente, na recolha de provas decisivas para a identificação ou captura de outros agentes. Este preceito tem como fundamento premiar o comportamento de agentes criminais que colaboram com a realização da justiça<sup>53</sup>. Quando tal acontece, a atenuação especial da pena é automática, prescindindo-se da verificação dos requisitos gerais do artigo 72.º do Código Penal<sup>54</sup>. Todavia, ao fazer referência à expressão “recolha de provas”, subentende-se que o agente só beneficiará deste “prémio” enquanto decidir colaborar com a realização da justiça durante a fase de inquérito.

Na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º, contempla-se, por sua vez, uma situação já não de atenuação da pena, mas de dispensa de pena. Nesta alínea caberão as hipóteses em que, antes da prática do facto, o agente voluntariamente repudie o oferecimento ou a promessa que aceitara, ou restitua a vantagem, ou tratando-se de coisa fungível, o seu valor<sup>55</sup>. Agora, e de forma apreciável, o legislador não premeia com dispensa de pena a mera inexecução do acto pretendido com o suborno, exigindo-se que o agente voluntariamente repudie o oferecimento ou a promessa que aceitara ou restitua a vantagem<sup>56</sup>. Uma vez que o crime já se encontra consumado e o legislador premeia com dispensa de pena a reconciliação do agente com o direito, esta previsão apenas se explica com a consagração de uma situação *atípica de arrependimento activo*<sup>57</sup>.

Apesar de no n.º 1 do artigo referir “nos crimes previstos na presente lei”, nesta alínea apenas se enquadrarão os casos de corrupção passiva e de tráfico de influência – na conduta do traficante. A referência da norma ao “repudiar o oferecimento ou a promessa que aceitara ou restituir a vantagem” exclui do seu âmbito de aplicação as condutas do

---

<sup>53</sup> Sugerindo outros e melhores meios de combate à corrupção, que não os mecanismos de colaboração dos arrependidos, COSTA PINTO. O Autor sustenta que estas medidas são pouco eficazes, sugerindo em alternativa, a modernização das polícias de investigação criminal. Vide, COSTA PINTO, “A Intervenção Penal na Corrupção...”, p. 343.

<sup>54</sup> Anteriormente à revisão do Código Penal efectuada com a Lei n.º 108/2001, de 28 de Novembro, o artigo 372.º n.º 4 consagrava já esta atenuação especial da pena, no entanto, esta era facultativa, cabendo ao Tribunal decidir da sua aplicação.

<sup>55</sup> Também aqui, verificados os requisitos, a sua aplicação torna-se obrigatória, não sendo necessário o preenchimento das condições gerais da dispensa de pena do artigo 74.º do Código Penal.

<sup>56</sup> No regime antecedente contemplava-se uma atenuação da pena quando o agente não praticava o acto, ou tendo-o praticado, não resultasse o efeito pretendido, não se exigindo que restituísse a vantagem que lhe fora oferecida ou por si solicitada. Vide o n.º 2 do artigo 2.º do Dec. Lei n.º 390/91. Este preceito tinha equivalente legal no anterior n.º 2 do artigo 372.º do Código Penal, no entanto, dando-se satisfação à reivindicação que se fazia sentir na doutrina, foi eliminado com a alteração de 2001 ao Código Penal, vigorando no âmbito da corrupção desportiva até 2007.

<sup>57</sup> Expressão avançada por ALMEIDA COSTA para denominar esta excepção ao regime geral do arrependimento activo e da desistência da tentativa. Sobre este regime, veja-se, ALMEIDA COSTA, “Sobre o Crime de Corrupção” p. 128-129 e 179-180.

comprador da influência, bem como a conduta do agente activo da corrupção, não podendo nunca beneficiar de tal dispensa de pena.

Entretanto, com a alteração levada a cabo ao Código Penal em 2010, movido por razões político-criminais, o legislador – ainda que de forma pouco coerente – veio reforçar as medidas de direito premial dos crimes de corrupção do Código Penal<sup>58</sup>. Por um lado, agrupou em um só artigo as medidas que se encontravam espalhadas pelos diversos artigos de corrupção e em legislação avulsa<sup>59</sup>. Por outro lado, alargou o seu âmbito de aplicação – ora consagrando efectivas novidades, ora facilitando os pressupostos para o seu preenchimento<sup>60</sup>. Ficando patente a clara intenção do legislador de estimular e presentear ainda mais o combate à corrupção, pois que, por serem crimes sem vítima, logo de difícil conhecimento, estas medidas são vocacionadas para a neutralização dos “pactos de silêncio”.

Para além das outras medidas de direito premial – que entendemos também dever-se aplicar à corrupção no fenómeno desportivo – o legislador estendeu o campo de aplicação da atenuação especial da pena, até ao encerramento da audiência de julgamento em primeira instância, para o agente que colabora com a realização da justiça na captura de outros agentes. No que toca à dispensa de pena, o legislador ampliou agora o seu campo de aplicação também ao agente da corrupção activa que retire a promessa ou recuse o oferecimento da vantagem, sendo este um condicionalismo específico de dispensa de pena dirigido para o corruptor<sup>61</sup>. Ora, uma vez que o diploma da corrupção desportiva não dispõe de tal norma, instituindo apenas a dispensa de pena para o agente da corrupção passiva, e que a atenuação especial da pena tem como limite temporal o encerramento do

---

<sup>58</sup> Alertando para esta redacção deficitária, Ricardo CORREIA LAMAS, “O recebimento indevido de vantagens. Análise substantiva e perspectiva processual.”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 126, Abril-Junho, 2011, p. 104-105. Vide também CRUZ SANTOS, “Os crimes de corrupção de funcionários e a Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro...”, p. 22-25.

<sup>59</sup> Cfr. Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro.

<sup>60</sup> Se no revogado artigo 9.º-A da Lei n.º 36/94 as situações aí previstas eram cumulativas para que o agente da corrupção activa fosse dispensado de pena, hoje, com a alteração do Código Penal com a Lei n.º 32/2010, exceptuando o requisito que exigia que o agente tivesse contribuído decisivamente para a descoberta da verdade, cada um dos outros pressupostos deu lugar a diferentes hipóteses de direito premial. Daí podermos afirmar que efectiva novidade é apenas a medida estabelecida na alínea c) do n.º1 do artigo 374.º-B do Código Penal. Ressalve-se, porém, que no anterior artigo 423.º n.º 3 do Código Penal de 1982 já se encontrava prevista a isenção de pena do corruptor, no entanto, esta não tinha o mesmo alcance do que aquela, uma vez que se fazia depender, para a sua aplicação, a actuação do agente passivo. Já na actual medida, a sua aplicação é totalmente independente da conduta deste.

<sup>61</sup> Este é o sentido que se acha correcto na interpretação dos agentes que devem beneficiar de tal medida. Comentando esta matéria, Euclides Dâmaso SIMÕES, “Contra a Corrupção – As Leis de 2010”, in *As Alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, 2011, p. 53.

inquérito, momento a partir do qual o agente não pode mais ser beneficiado com a atenuação especial da pena, confiamos que se avizinhem alterações ao diploma.

Do exposto, se anteriormente não perfilhávamos a consagração de um regime mais benevolente no que toca à agravação das molduras legais em razão do valor da vantagem, por maioria de razão, não podemos reconhecer um regime mais rígido no que às medidas de direito premial diz respeito. Não consentimos, por razões de igualdade e proporcionalidade, que se consagre um regime premial menos favorável aos agentes da corrupção desportiva do que aos agentes da corrupção estabelecida na lei penal geral.

## **8. A prescrição do artigo 118.º do Código Penal.**

Para terminar, não deixaremos de louvar a integração dos delitos de corrupção no fenómeno desportivo no elenco de crimes que vêem o seu prazo de prescrição do procedimento criminal ser alargado.

De acordo com o artigo 118.º n.º 1 do Código Penal, os prazos de prescrição do procedimento criminal são dilatados para 15 anos, determinando assim uma excepção à regra geral em que o prazo de prescrição é determinado de acordo com o limite máximo da pena aplicável. Uma vez que a complexidade do delitos e o esgotamento das vias de recurso fazem perdurar os processos relativos a estes ilícitos criminais, o legislador sentiu necessidade, em nosso entender bem, de distanciar o “brinde” da prescrição para momento mais longínquo, reconhecendo, assim, que a corrupção desportiva deve, também ela, ser combatida de forma cabal.

Ao verificarmos que o legislador não se “esqueceu” de incluir, no aumento dos prazos de prescrição do procedimento criminal, também a corrupção no fenómeno desportivo, torna-se ainda mais evidente e criticável a não conformação do diploma da corrupção no fenómeno desportivo com o regime geral do Código Penal.

## Conclusão

Chegados a este momento estamos em condições de responder à questão que nos propusemos esclarecer.

Escusado será relembrar que a corrupção, por ser um crime sem vítima e pela opacidade que lhe é característica, constitui um dos tipos legais de crimes cuja prova é na maioria das vezes difícil, senão impossível, dificultando em larga medida a já árdua tarefa dos aplicadores do direito.

Como pudemos demonstrar ao longo deste percurso, o caminho seguido pelo legislador para combater a corrupção no sector desportivo foi um caminho cauteloso e em certa medida redutor, diríamos até, que o passo dado em 2007 foi bastante tímido e retraído.

A exagerada ousadia que o legislador demonstrou ter no que ao desproporcionado elenco de agentes desportivos diz respeito e quanto à desnecessária agravação das condutas de alguns deles, não demonstrou relativamente às matérias mais sensíveis e que facilitariam, na nossa opinião, o combate à corrupção no fenómeno desportivo.

Assim, e uma vez que não se encontram previstas para o sector desportivo a corrupção subsequente, a corrupção para acto lícito, nem sequer o recebimento indevido de vantagens, torna-se necessário e obrigatório para se demonstrar e provar qualquer prática corrupta, para além da sempre difícil prova do pacto de suborno, que a vantagem tenha em vista a falsificação do resultado desportivo, bem como, que a solicitação/aceitação da peita ocorreu antes da prática do acto ou omissão do agente corrupto. Não se demonstrando tudo isto todas as condutas ficam impunes.

Exige-se confiança e transparência na actividade desportiva, não podendo continuar a pairar no ar a ideia de que o desporto vive à margem da lei, ficando sempre um clima de suspeição em torno da verdade dos resultados desportivos. Esta desconfiança conduz ao total descrédito a actividade desportiva, o que em última linha prejudicará todos os seus intervenientes caso os simpatizantes deixem de acreditar na pureza da competição.

Como pensamos ter demonstrado, as desarmonias que se fazem sentir nos diferentes sistemas de combate à corrupção apenas potenciam a criação de espaços de impunidade. Não cremos que soluções cirúrgicas e intermédias sejam bastantes para erradicar a corrupção no desporto em Portugal. Entendemos, assim, que o combate a este fenómeno deve ser feito de forma eficaz e coerente, em bloco, com a globalidade do sistema.



Contudo, e visto que se adivinham alterações forçosas ao diploma, pelo menos no que às medidas de direito premial diz respeito, aguardaremos, na expectativa, que o próximo trilha, sem entrar em sensacionalismos, possa ser um trilha esclarecedor da relevância que a corrupção desportiva assume enquanto configuradora de uma acentuada danosidade social.

Esperamos ainda que os passos que venham a percorrer esse trilha sejam diferentes dos que temos visto, que possam ser passos mais destemidos e audazes.

## Bibliografia

ALMEIDA COSTA, António Manuel de, “Sobre o Crime de Corrupção”, in *Separata do número Especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia*, Coimbra, 1984.

- *Comentário Conimbricense do Código Penal*, tomo III, Coimbra Editora, 2001, comentário ao artigo 372.º e seguintes.

ALVES, Ana Grosso, Pedro Faria, *A nova legislação do desporto comentada*, Colecção PLMJ, Coimbra Editora, 2010.

BARBOSA, Nuno, “O Estatuto Jurídico do Árbitro no Direito Português” in *Direito do Desporto Profissional*, Contributos de um Curso de Pós-Graduação, coordenação João Leal Amado e Ricardo Costa, Edições Almedina, 2011.

CAEIRO, Pedro, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, tomo III, Coimbra Editora, 2001, comentário ao artigo 335.º.

CARUSO FONTÁN, María Viviana, “El concepto de corrupción. Su evolución hacia un nuevo delito de fraude en el deporte como forma de corrupción en el sector privado.”, in *Foro, Nueva época*, n.º 9, 2009.

CASTRO MORENO, Abraham, “El nuevo delito de corrupción en el deporte”, in *Revista Aranzadi de Derecho de Deporte y Entretenimiento*, n.º 28, Ano 2010-2011.

CORREIA LAMAS, Ricardo, “O recebimento indevido de vantagens. Análise substantiva e perspectiva processual.”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 126, Abril-Junho, 2011.

CRUZ SANTOS, Cláudia, “A Corrupção [da luta contra o crime na intersecção de alguns (distintos) entendimentos da doutrina, da jurisprudência e do legislador] ”, in *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra Editora, 2003.

- “Os crimes de corrupção de funcionários e a Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro - (“é preciso mudar alguma coisa para que tudo continue na mesma”?)”, in *As Alterações de*

- 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, 2011.
- CRUZ SANTOS, Cláudia, Cláudio BIDINO, Débora Thaís de MELO, *A Corrupção – Reflexões (a Partir da Lei, da Doutrina e da Jurisprudência) sobre o seu Regime Jurídico-Criminal em Expansão no Brasil e em Portugal*, Coimbra Editora, 2009.
- DAMIÃO DA CUNHA, José Manuel, *O Conceito de Funcionário, para Efeito de Lei Penal e a “Privatização” da Administração Pública*, Coimbra Editora, 2008, p. 79-89.
- *A Reforma Legislativa em Matéria de Corrupção – Uma análise crítica das Leis n.ºs 32/2010, de 2 de Setembro, e 41/2010, de 3 de Setembro*, Coimbra Editora, 2011.
- DIAS, Maria do Carmo, *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, org. Paulo Pinto Albuquerque/José Branco, Universidade Católica Editora, 2010, Comentário à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho.
- GONÇALVES, Jorge, *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, org. Paulo Pinto de Albuquerque/ José Branco, Universidade Católica Editora, 2010, Comentário à Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto.
- LEAL-HENRIQUES, Manuel de Oliveira, Manuel José Carrilho de SIMAS SANTOS, *Código Penal Anotado*, Vol. II, 3.ª ed., Editora Rei dos Livros, 2000.
- MEIRIM, José Manuel, “Corrupção no fenómeno desportivo, Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Outubro de 1997”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 8, Fasc. 1.º, Janeiro-Março, 1998.
- PEREIRA, Victor de Sá, Alexandre LAFAYETTE, *Código Penal Anotado e Comentado – Legislação Conexa e Complementar*, Lisboa, Quid Juris, 2008.
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, “A Intervenção Penal na Corrupção Administrativa e Política”, in *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Instituto de Direito Penal Económico e Europeu, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. III, Coimbra Editora, 2009.

PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo, *Comentário do Código Penal – à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 1.<sup>a</sup> ed., Universidade Católica Editora, 2008, anotação aos artigos 372.º e seguintes.

- *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010, anotação aos artigos 372.º e seguintes.

SIMÕES, Euclides Dâmaso, “Contra a Corrupção – As Leis de 2010”, in *As Alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, 2011.

SOARES DA CÂMARA PINA, Bernardo, *A Corrupção como Infracção Disciplinar Desportiva*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito, 2008.

SOUSA, Luís de, *Corrupção*, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Luís de Sousa, Relógio D’Água Editores, 2011.